

# Estudo Técnico Preliminar - 46/2022

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23066.029988/2022-43

## 2. Informações básicas iniciais

Nos termos da Lei nº 12.527/2011 e em atendimento ao § 4º do art. 7º da Instrução Normativa nº 40/2020 SEGES/ME, informamos que o presente Estudo Técnico Preliminar é parte integrante do Processo Administrativo nº 23066.029988/2022-43 e ficará disponível aos interessados para consulta, assegurando-se assim o direito fundamental de acesso à informação em atendimento aos princípios básicos da administração pública.

Do mesmo modo, todo o procedimento licitatório será público, privilegiando-se a transparência e a publicidade, vez que não há necessidade de nenhum documento que compõe o processo ser sigiloso.

## 3. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar visa subsidiar o processo de escolha e de contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de monitoramento em sistemas de CFTV, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender às necessidades da Universidade Federal da Bahia - UFBA

O serviço a ser contratado integra o sistema de segurança da UFBA, composto pelos serviços de vigilância, de portaria e de recepção. Possui como nicho possibilitar inibir intenções ilícitas a partir de câmeras instaladas em pontos estratégicos dos *campi*. Seu correto funcionamento, permite o monitoramento das ocorrências em tempo real, possibilitando pronta resposta e a adoção de medidas mais eficientes no tratamento dos acontecimentos relacionados à segurança das pessoas e do patrimônio da UFBA, aumentando, assim, a eficiência dos demais serviços de segurança.

O Serviço se enquadra nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto ou mesmo das atividades descritas no art. 9º da Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP, cuja execução indireta é vedada.

Com base no documento que formalizou a demanda, cujo setor requisitante é a Coordenação de Gestão de Segurança – COSEG, a Equipe de Planejamento da Contratação, vinculada à Pró-Reitoria de Administração (PROAD), elaborou este Estudo Técnico, conforme às diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 40/2020 SEGES/ME.

As normas que disciplinam o presente processo licitatório, encontram-se estabelecidas na Lei nº 8.666/1993 que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, a qual a UFBA (autarquia federal) está subordinada.

Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 2º e Art. 6º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993:

*Art. 2º. As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.*

*Art. 6º. Para os fins desta Lei, considera-se:*

(...)

*II - Serviço - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais;*

A contratação pretendida enquadra-se como atividade específica não finalística, realizada por execução indireta e atendida por pessoa jurídica de direito privado que tenha experiência no mercado. Além disso, caracteriza-se como atividade material acessória, instrumental e/ou complementar aos assuntos que constituem área de competência legal da UFBA.

A execução do serviço em tela deverá atender o monitoramento das imagens dentro dos padrões de qualidade requeridos, de modo a suprir a UFBA em atividades cuja categoria funcional não integra o seu quadro de servidores, não havendo como supri-las senão por meio de execução indireta.

A Universidade Federal da Bahia, Instituição Federal de Ensino Superior que tem por finalidade as atividades de ensino, pesquisa e extensão, é dotada de cerca de 50 (cinquenta) unidades, espalhadas por seus diversos *campi*, espalhados pela capital e interior. Em vista do seu espraiamento geográfico, o serviço de monitoramento eletrônico possibilita, dentro do ecossistema de serviços de segurança, com cerca de 600 (seiscentas) câmeras instaladas, manter a integridade do patrimônio público e da comunidade que circula nos ambientes desta instituição.

#### 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Segurança – COSEG / Pró-Reitoria Administrativa - PROAD	Hemilton Heliodoro Gunça dos Santos

#### 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

É serviço de natureza continuada que, em conjunto com serviços de vigilância e segurança armada, portaria e recepção, atua pela proteção da comunidade universitária e dos visitantes, além da defesa do patrimônio físico da universidade. Deve atuar nos *campi* da universidade de forma ininterrupta e **em tempo real**, sendo ferramenta básica e imprescindível à segurança.

A duração desta contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

A empresa a ser contratada deverá comprovar aptidão que executou serviços de características compatíveis com o objeto licitado, qual seja serviço de segurança eletrônica, mediante a apresentação de no mínimo 01 (um) atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

A execução dos serviços deverá obedecer ao disposto na Lei nº 8.666/1993, na Instrução Normativa nº 05 /2017 SEGES/MP e demais legislações pertinentes.

A empresa interessada deverá atender a todos os normativos legais vinculados aos serviços e também declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

## 6. Levantamento de Mercado

O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do e do Decreto 10.024, de 2019.

Tendo em vista que a licitação será publicamente realizada, haverá a possibilidade de ampla participação de empresas especializadas em âmbito nacional.

Assim, com base nos requisitos definidos, foi feito levantamento para identificar as soluções existentes no mercado que atendam as condições estabelecidas, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com a possibilidade de apuração de preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, tendo sido identificado que o mercado tem a amplitude necessária para que a contratação seja plenamente realizada, mediante pregão eletrônico tradicional.

Em justificativa à escolha que melhor atende à demanda desta Instituição, considera-se que a contratação por por postos de trabalho com regime de execução, com lote único com dois itens é a mais viável.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

## 7. Descrição da solução como um todo

A prestação do serviço possui natureza continuada e deverá ser prestado 24 horas por dia, obedecendo as seguintes escalas:

- Escala 12 X 36 (doze por trinta e seis) horas – diurno e noturno - conforme determina a legislação vigente;
- O turno diurno será das 07h00min às 19h00min e o noturno das 19h00 às 07h00 da manhã.

Para execução dos serviços os profissionais deverão obedecer aos seguintes requisitos:

- a) Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- b) Estar quite com as obrigações eleitorais e militares;
- c) Comprovar conclusão de Ensino médio (antigo 2º. Grau);
- d) Apresentar certificado de curso de monitoramento CFTV.
- e) Conhecimentos em informática;
- f) Ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;
- g) Apresentar a Certidão de Antecedentes Criminais

Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

- O serviço objeto deste Termo de Referência deverá ser prestado pela empresa contratada, por meio de profissionais integrantes de seu quadro de empregados.
- A prestação de serviços de monitoramento de imagens de sistema CFTV, conforme CBO: 4222, nos postos fixados pela Administração, envolve a alocação, pela Contratada, de mão de obra capacitada para realizar as atividades abaixo descritas. A relação não é exaustiva, podendo ser introduzidas rotinas de acordo com a necessidade da Contratante, desde que não ultrapasse as especificidades dos serviços de cada ocupação.

### **Operador de CFTV:**

- Assumir o posto, devidamente uniformizado, no horário determinado e com aparência pessoal adequada;
- Registrar em livro de ocorrência e controlar diariamente as ocorrências percebidas no monitoramento, comunicando ao serviço de vigilância e à COSEG todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra seu patrimônio;
- Observar a movimentação de indivíduos em atitudes suspeitas nas áreas monitoradas, adotando as medidas de segurança conforme plano base de risco e emergência, bem como aquelas que entender como oportunas;
- Não se ausentar do posto e proibir a utilização das instalações da central de monitoramento para guarda de objetos estranhos ao local, assim como de bens particulares de empregados ou de terceiros;
- Repassar para o Operador de Monitoramento que está assumindo o posto, quando da troca de turno, todas as orientações recebidas em vigor, bem como eventuais anomalias observadas ou ocorrências em andamento nas instalações;

- Restringir suas ações aos limites das instalações da unidade onde serão prestados os serviços, e atuar dentro dos limites estabelecidos;
- Ficar atento, durante sua jornada de trabalho, observando as imagens captadas e transmitidas pela câmera aos monitores, detectando possíveis modificações na área protegida, tomando as providências cabíveis específicas na ficha de monitoramento, podendo também acionar o sistema de vigilância e a COSEG, quando pertinente;
- O Operador de Monitoramento deve atender às solicitações da Administração da unidade onde será prestado o serviço, de forma cordial, verificando a necessidade e apresentando soluções cabíveis para cada situação ou solicitação;
- Efetuar todos os procedimentos cabíveis quando detectar a ocorrência, identificando o local de origem, e tomando as providências, conforme especificado nos protocolos de monitoramento;
- Comunicar imediatamente à COSEG ou, na ausência desta, à administração da unidade onde será prestado o serviço, qualquer anormalidade verificada por meio do CFTV, inclusive de ordem funcional;
- Essa comunicação deverá ser realizada de forma mais rápida possível e valendo-se do meio apropriado e disponível em cada situação específica;
- Manter uma postura ética, de sigilo profissional e de manutenção da segurança das informações.

A Contratada deverá registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade de seu pessoal conforme artigo 74, § 2º da Consolidação das Leis Trabalhistas, preferencialmente através da implantação do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP ou tecnologia equivalente. O controle e a fiscalização devem seguir a Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministério do Trabalho e Emprego, assim como permitir o acesso da fiscalização da Contratante a todo registro de controle diário.

Caberá à Contratada entregar mensalmente a Contratante os relatórios gerenciais relativos ao registro de controle diário de frequência dos empregados alocados na prestação do serviço.

Em sendo adotado o Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP, o registrador deverá ser instalado nas dependências dos locais de prestação do serviço, no prazo máximo de 15 dias após iniciado o contrato. A Contratada deve arcar inclusive com os custos de instalação e manutenção do aparelho, além de proceder a retirada do registrador no prazo de 15 dias após o final do contrato.

Caso a Contratada não proceda a retirada do aludido equipamento, dentro do prazo estabelecido, ele será doado à Contratante, desde que se encontre em perfeitas condições de uso e com tecnologia adequada e certificada pelo MTE, o qual será incorporado ao patrimônio da UFBA;

Caso os equipamentos apresentem defeitos de funcionamento, será necessário o registro da jornada dos empregados por meio de sistema manual até que seja sanado o defeito, em prazo não superior a 3 (três) dias úteis.

A contratação pretendida tem caráter continuado e essencial. Será realizada por meio de pregão eletrônico (Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 10.024/2019) com regime de execução de Empreitada por Preço Global, com lote único com dois itens, para escolha de pessoa jurídica para prestação dos serviços de natureza continuada.

A demanda é estimada e serviço será prestada durante todo o ano (12 meses), podendo o contrato ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993 e desde que atendidas as exigências que forem contratualmente estabelecidas.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os serviços, objetos do presente estudo, serão executados na Universidade Federal da Bahia – UFBA, na cidade de Salvador, sob a coordenação da PROAD e fiscalização e orientação da Coordenação de Segurança – Coordenação de Gestão de Segurança - COSEG.

O quantitativo a ser empregado para o serviço descrito é estimado e foi considerado após levantamento das necessidades junto a Coordenação de Gestão de Segurança – COSEG.

Item	Especificações	Und/ Catser	Qtde. Postos	Qtde. Pessoas /Posto
1	Prestação de Serviço continuado de Operador de Monitoramento de CFTV – posto 12h (12x36) – Diurno – das 07h às 19h, de segunda a domingo.  Local Prestação do serviço: Salvador	Posto / 2166-0	3	6
2	Prestação de Serviço continuado de Operador de Monitoramento de CFTV – posto 12h (12x36) – Noturno – das 19h às 07h, de segunda a domingo.  Local Prestação do serviço: Salvador		3	6
***	<b>TOTAL</b>		<b>6</b>	<b>12</b>

03 Postos diurnos 12x36; 03 Postos Noturnos 12x36, todos em Salvador - BA, podendo ser implementados no todo ou em parte ao longo da vigência do Contrato dependendo das necessidades da Contratante.

Durante a execução do contrato, fica a critério da administração central da UFBA realizar acréscimos ou supressões dos serviços, desde que não ultrapasse o percentual estabelecido nos termos do artigo 65, da Lei nº 8.666/1993.

A Contratada deverá contar com a presença de operador de monitoramento de imagens de vídeo 24 horas por dia, conforme Quantidade e Especificação descritas no quadro acima.

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 531.120,24

A alínea “f”, do art. 6º, da Lei nº 8.666/1993 estabelece a necessidade de “orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados”, a ser considerado na elaboração de projeto básico ou termo de referência.

A Instrução Normativa nº 40/2020 SEGES/ME, no art. 7º, inciso VI, estabelece que os Estudos Técnicos Preliminares devem conter obrigatoriamente as estimativas do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais.

Para a presente estimativa de preços foram ainda obedecidos os parâmetros constantes na Instrução Normativa nº 73/2020 SEGES/ME, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de

pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Para fins de cálculo do valor referência, a Administração tomou como base o valor da função de Operador de Áudios/Som/TV/CFTV, constante da CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2022 – Sindicato das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental do Estado da Bahia - SEAC/BA.

Foram consultados os preços através do sítio “painel de preços”, uma ferramenta informatizada, cuja pesquisa baseia-se em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas realizadas pela administração pública o que contempla os parâmetros dos incisos I e II do art. 5º da IN 73/2020 (pesquisa de compras públicas do Governo Federal – painel de preços e pesquisa em contratações públicas similares, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório).

Foram feitas pesquisas através do Banco de Preços (ferramenta para consultar os preços, disponíveis no banco de dados, de materiais e serviços contratados pelos entes públicos), em atendimento ao art. 5º, inciso II, da IN nº 73/2020, e cotações em sítios eletrônicos, conforme art. 5º, inciso III, da referida Instrução. Os documentos comprobatórios das consultas realizadas e as planilhas com os cálculos seguem anexos aos autos do processo.

### DA ANÁLISE CRÍTICA DOS PREÇOS

Em consonância com o disposto no art. 6º, da IN SEGES/ME nº 73/2020, optou-se por utilizar, para calcular o preço unitário de referência, a Convenção Coletiva de Trabalho 2022 e a Planilha de Custos e Formação de Preços. A cotação dos uniformes foi feita através do Banco de Preços e Painel de Preços.

ITEM	UNIDADE / CATSER	ESPECIFICAÇÕES	QTDES. POSTOS	QTDES. PESSOAS / POSTOS	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	POSTO / 2166-0	Prestação de Serviço continuado de Operador de Monitoramento de CFTV– posto 12h (12x36) – Diurno – das 07h às 19h, de segunda a domingo.  Local Prestação do serviço: Salvador.	3	6	R\$ 3.417,63	R\$ 20.505,78
2		Prestação de Serviço continuado de Operador de Monitoramento de CFTV– posto 12h (12x36) – Noturno – das 19h às 07h, de segunda a domingo.  Local Prestação do serviço: Salvador	3	6	R\$ 3.959,04	R\$ 23.754,24
VALOR MÁXIMO TOTAL MENSAL			R\$ 44.260,02			
VALOR MÁXIMO TOTAL ANUAL			R\$ 531.120,24			

As estimativas preliminares dos preços do item a contratar, feitas com base no levantamento de mercado e na quantidade estimada, no intuito de apoiar a análise de viabilidade da contratação, em especial com respeito à relação de custo-benefício da contratação, encontram-se devidamente comprovadas através dos documentos constantes no presente processo administrativo.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Como justificativa para a contratação, observa-se que, para atendimento da necessidade, foi constituído LOTE/GRUPO ÚNICO, subdividido em dois itens, no período de 12 (doze) meses, com um valor global estimado.

Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vista ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

No entanto, a contratação em tela, vislumbra um único serviço, que será ofertado à demanda integral de monitoramento da UFBA, de forma que a contratação em LOTE/GRUPO ÚNICO não descure a competitividade nem o aproveitamento do mercado. Dessa forma, não é viável e produtora para a Administração Pública o parcelamento do objeto a ser contratado.

A presente contratação não se trata de mais de um serviço ou bens distintos, mas sim de um único serviço, sendo que para a produção deste resultado há custos envolvidos, que não devem ser considerados como serviços distintos, uma vez que eles são complementares. Neste sentido, do ponto de vista de gestão e da execução do serviço, identifica-se que a disponibilização em um único grupo provê mais eficiência na efetividade da execução, uma vez que as funcionalidades dos serviços estão interconectadas (Prestação de serviço continuado de Operador de Monitoramento de CFTV Diurna e Noturna).

Considerando o fato de que um único lote pode parecer frustração do caráter competitivo da licitação, esta Administração esclarece e justifica suas razões para promover a adjudicação em lote/grupo único:

- a. 1. O lote/grupo único se destinam a promover maior eficiência e eficácia na gestão e na fiscalização contratual, além de propiciar economia de escala, uma vez que a totalidade dos serviços poderá ser demandada a um mesmo fornecedor, favorecendo a redução de preços e o desenvolvimento das atividades, atendendo a economicidade e eficiência do serviço a ser prestado;
- b. 2. O não parcelamento da solução em lotes dá-se em vista da possibilidade de ocorrência de prejuízos à Administração Pública em face dos riscos inerentes à própria execução e de prejuízos para o serviço demandado, pois, não restam dúvidas, o objeto intentado, quando executado por vários contratados, poderá não ser integralmente ou satisfatoriamente prestado;
- c. 3. A justificativa para amparar o não parcelamento do objeto, apesar de tratar-se de serviços contínuos de baixa complexidade técnica, possui subsídio por ser evidente a perda da economia de escala e a divisão do objeto não será técnica e economicamente viável (Súmula 247 do TCU). Doutro modo, o não parcelamento do objeto promoverá um melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade;
- d. 4. Quanto à eficiência do serviço a ser prestado, cumpre informar que a divisão em lotes poderia provocar prejuízos à gestão do serviço, em detrimento da avaliação do cumprimento das exigências contratuais e também da fiscalização técnica e administrativa do serviço;
- e. 5. Foi escolhido o LOTE/GRUPO ÚNICO de maneira a tornar a contratação tecnicamente e economicamente viável.

A prestação dos serviços ocorrerá na cidade de Salvador/BA, os itens são complementares, envolvendo apenas a troca de turno, diurno (item 01), noturno (item 02) e se dividido o objeto pretendido em itens ou lotes, indicaria a evidente perda da economia de escala, restando demonstrado que o parcelamento da



solução não favoreceria a redução de preços e não atenderia a economicidade e a eficiência daquilo que será contratado. Não haveria, portanto, em tese, uma contratação menos onerosa para a Administração em face da divisão do objeto.

O agrupamento proposto em um único lote, visa atingir economicidade na contratação, tendo em vista que a prestação do serviço por único fornecedor implicará em menor custo, em contraposição à aquisição ou contratação segmentada. Busca-se oferecer o menor preço global associado ao atendimento da solução completa e às exigências técnicas do Edital.

Restando evidente a pertinência do não parcelamento da solução, tendo em vista que a contratação pretendida busca lidar com um único fornecedor para a prestação dos serviços, o que diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação e aumenta a eficiência administrativa desta Instituição, que busca a otimização do gerenciamento de seus contratos (Acórdão 861/2013-Plenário do TCU).

## **11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Esta contratação irá substituir o Contrato Administrativo nº 57/2018, oriundo do Pregão Eletrônico nº 02/2021, com vigência até o dia 03 de julho de 2022.

Ressalta-se que não há necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

Doutro modo, não se verifica a necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## **12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

Tomou-se como parâmetro para a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, os contratos executados anteriormente por empresas vencedoras de processos licitatórios realizados pela UFBA, em especial, a contratação do mesmo serviço que tem vigência até 03 de julho do ano corrente, firmada através do Contrato Administrativo nº 57/2018, oriundo do Pregão Eletrônico nº 02/2021.

Destarte, a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta, ora em voga, alinha-se com o Plano Estratégico da UFBA estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2018-2022, cujo documento orienta suas políticas e práticas de gestão e autogestão.

A contratação dos serviços prestados de monitoramento em sistemas de CFTV, com dedicação exclusiva de mão de obra e o quantitativo estabelecido atenderão às necessidades da comunidade universitária, mediante complementação dos serviços de vigilância e segurança, nas suas dependências.

Além disso, o serviço a ser contratado está contemplado no Plano Anual de Contratações (PAC) da UFBA e foi registrado no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), para o exercício de 2021, em atendimento à Instrução Normativa nº 01/2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, aplicável por força do art. 2º da referida Instrução.

## **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Pretende-se, como resultado da contratação a manutenção dos serviços do monitoramento em sistemas de CFTV visando compor o serviço de vigilância e segurança nas dependências da universidade.

## 14. Providências a serem Adotadas

O ambiente da Universidade já está adequado para que o serviço pretendido seja prestado de forma satisfatória, sendo necessário portanto o alinhamento dos instrumentos de planejamento da nova contratação, nos prazos internamente pactuados, para que não haja interrupção do serviço.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

Para promover uma contratação pública sustentável, em respeito ao consumo e ao incentivo à implementação de políticas de responsabilidade socioambiental, a presente licitação pública contribuirá na realização de uma prestação de serviços que busque instruir e exigir da contratada o atendimento às exigências sopesadas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS (DECOR/CGU/AGU) 4ª edição, revista, atualizada, ampliada, Agosto de 2021 (fonte: <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio.pdf>, acesso em 18/05/2022).

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Esta Equipe de Planejamento declara, consoante determina o inciso XIII, do art. 7º, da IN nº 40/2020 SEGES/ME, que a contratação pretendida é viável, conforme demonstram os presentes estudos técnicos preliminares, os quais evidenciaram que a contratação da solução, ou seja, contratação de empresa especializada para prestação dos serviços continuados de monitoramento em sistemas de CFTV, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender às necessidades da Universidade Federal da Bahia é importante para atender a guarda do Patrimônio Institucional e observação de estacionamentos e edifícios dos Campi de Salvador.

## 17. Responsáveis

HEMILTON HELIODORO GUNÇA DOS SANTOS

Assistente em Administração

MAGNO ALVES FERNANDES

Técnico em Comunicações